

MARATONA EXERCÍCIOS

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO**

IBFC #3



DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



**ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

**Raphael
Spyere**
Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR



@PROF.RAPHAELSPYERE



- Poderes da Administração;
- Atos Administrativos.

17. (IBFC/IAPEN AC) Os poderes legalmente conferidos à Administração estão disponíveis para consecução do interesse público e em função de finalidades específicas previstas em lei e na Constituição. O poder que trata da função da Administração Pública de editar atos com efeitos gerais e abstratos, compreendendo a edição de decretos regulamentares, instruções normativas, regimentos, resoluções e deliberações, está descrito a seguir. Assinale a alternativa correta.

A) Poder discricionário

B) Poder normativo

C) Poder disciplinar

D) Poder de polícia

(gênero)

ESP 1: [Regulamentar]
CF, Art. 84, IV.

≠

ESP 2: [DEC. AUTÔNOMO]
CF, Art. 84, VI

não permite inovação.

CF, Art 84, IV

CF, Art 84, VI

18. (IBFC/Câmara de Itatiba) No que concerne aos Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

ESPÉCIE DO GÊNERO: P. Normativa

A) Poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração Pública para editar atos gerais necessários à complementação das leis e viabilizar a sua efetiva aplicação; tal prerrogativa tem por objetivo complementar a lei, razão pela qual não pode a Administração modificar o texto legal sob o fundamento de estar regulamentando.

B) Pode-se conceber o conceito de poder de polícia em sentido estrito ou em sentido amplo; no sentido estrito, devemos considerar as atividades da Administração Pública de regulamentação e as medidas de restrição impostas aos particulares; já o sentido amplo envolve o poder de polícia com a qualidade de ações restritivas impostas pelo Estado em detrimento ao direito individual, tendo como justificativa a tutela dos interesses coletivos ou sociais.

Adm. Pública, regulativa, judicial

fb. NA INOVA.

C) Dada a sua natureza peculiar e sua especificidade, é vedado ao poder regulamentar inovar o ordenamento jurídico, mesmo no caso da expedição de decretos autônomos; por meio desse poder, a Administração Pública pode editar atos gerais e complementar as leis, com isso permitindo a fiel execução dos textos legais.

D) Como corolário do poder hierárquico, temos que as instâncias superiores são detentoras da prerrogativa de comando, assim como as instâncias inferiores possuem o dever de obediência, razão pela qual, estas se obrigam a cumprir com exatidão as atividades designadas pelos escalões superiores; todavia, os agentes subordinados não se submetem a todas as ordens, uma vez que as determinações posicionadas de forma manifesta e em contrariedade com a lei não devem ser cumpridas, nem observadas pelos agentes subordinados.

19

19. (IBFC/SEMAD GO) Toda Administração necessita de instrumentos para que o seu objetivo seja alcançado. Os poderes administrativos têm esse caráter instrumental. Assinale a alternativa que apresenta o poder administrativo que pode punir internamente as infrações funcionais dos servidores e pessoas sujeitas à relação especial com Administração Pública.

P. Ex.: Conflito
adm.

- A) Poder disciplinar
- B) Poder Hierárquico
- C) Poder Regulamentar
- D) Poder de polícia
- E) Poder vinculado

20. (IBFC/PC BA) O abuso de poder é o gênero que possui como espécies o desvio de poder e o excesso de poder. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

V () O excesso de poder ocorre quando o agente público excede os limites de sua competência

Atribuição

V () O desvio de poder ocorre quando o agente público pratica o ato com finalidade diversa da que decorre implícita ou explicitamente da lei.

F () Tanto o excesso como o desvio do poder são vícios relativos ao objeto do ato administrativo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A) V - V - V

B) V - F - F

~~C) F - F - V~~

D) V - V - F

21. (IBFC/Prefeitura de Cuiabá/2023) “É a qualidade do ato administrativo que dá ensejo à Administração Pública de, direta e imediatamente, executá-lo. Também não há de se falar de contraditório e ampla defesa, se o ato administrativo é portador desse atributo, a Administração Pública não necessita recorrer ao Poder Judiciário para garantir-lhe a execução”. Essa definição de atributo do ato administrativo, refere-se a:

A) autoexecutoriedade

B) imperatividade

C) presunção de legitimidade

D) exigibilidade

> LEI - mais / direto + coerção
P. Ex.: apuração / intimação

22. (IBFC/Prefeitura de Cuiabá/2023) Sobre os atributos do ato administrativo a diferença de tratamento dispensado pela ordem jurídica aos interesses públicos e privados acaba por atribuir, a cada um dos atos jurídicos que realizam esses interesses, características próprias, que merecem, em relação ao ato administrativo, exame amadurado ou seja, se repete com frequência. A doutrina reconhece, como atributos do ato administrativo, a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a autoexecutoriedade. Assinale a alternativa que apresenta as características da “presunção de legitimidade”:

A) É a qualidade de todo e qualquer ato administrativo de ser tido como verdadeiro e conforme o Direito. Milita em seu favor uma presunção juris tantum de legitimidade, decorrente do princípio da legalidade

B) É a qualidade que certos atos administrativos têm para constituir situações de observância obrigatória em relação aos seus destinatários, independentemente da respectiva concordância ou aquiescência. Destarte, sempre que o ato administrativo for dotado desse atributo, impõe-se, mesmo que contrarie os interesses do destinatário

C) É a qualidade do ato administrativo que impele o destinatário à obediência das obrigações por ele impostas, sem necessidade de qualquer apoio judicial. Em razão disso, o Estado pode exigir e obter dos destinatários do ato administrativo o cumprimento da obrigação ou do dever imposto, sem auxílio de ordem judicial

D) É a qualidade do ato administrativo que dá ensejo à Administração Pública de, direta e imediatamente executá-lo. Também não há de se falar de contraditório e ampla defesa, se o ato administrativo é portador desse atributo, a Administração Pública não necessita recorrer ao Poder Judiciário para garantir-lhe a execução

23. (IBFC/Prefeitura de Cuiabá) “Os requisitos do ato administrativo, são os componentes que o ato deve reunir para ser perfeito e válido. Sete são os requisitos do ato administrativo, assim denominados: agente público competente, finalidade, forma, motivo, conteúdo, objeto e causa. Assinale a alternativa correta que corresponde a seguinte característica: “É a circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo.”

- A) Motivo**
- B) Forma
- C) Finalidade
- D) Causa

CO
FI
FO
M
OB

CELSO ANT.
BAND. DE
MELLO.

24. (IBFC/SAEB 2023) Dentre os muitos conceitos e critérios adotados para definir o ato administrativo, pode-se afirmar que se trata de uma das modalidades de ato praticado pelo Estado, ao lado, por exemplo, do ato normativo e do ato judicial. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

A) O ato administrativo é sempre passível de controle judicial

Legitimidade / legitimidade

B) Em decorrência do atributo da presunção de legitimidade, presume-se, até prova em contrário, que o ato administrativo fora emitido com observância da lei

C) Parecer é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência

D) Decreto é a forma de que se revestem os atos individuais ou gerais, emanados do Chefe do Poder Legislativo

exceção